

# ANÁLISE DE POTENCIALIDADES DE USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO EM CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA EM IES PRIVADAS

Luciane Hilu\*

Patrícia Lupion Torres\*\*

## RESUMO

Este artigo busca discutir alternativas pedagógicas e tecnológicas que possam diminuir as disparidades de conhecimentos dos ingressantes dos cursos superiores, advindas do ingresso de grandes turmas por questões de sustentabilidade financeira das Instituições de Ensino Superior (IES), de forma sustentável economicamente e com qualidade, dentro de um paradigma atual voltado à complexidade. Este questionamento advém da situação atual das IES, que passam por questionamentos epistemológicos, metodológicos, tecnológicos, mas também de vertente da sustentabilidade. Inicia com a discussão sobre a educação na contemporaneidade, tratando dos paradigmas educacionais atuais e de sua íntima ligação com as tecnologias; passa pela análise dos aspectos de sustentabilidade; relata o estudo de caso do curso de Licenciatura em Música de uma IES de grande porte do Paraná, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), analisando o perfil do ingressante; e, por fim, propõe a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) neste âmbito, conceituando-as como alternativa para solução das problemáticas apontadas. Conclui-se que o uso das TICs no ensino superior faz-se cada vez mais imprescindível, tanto como um meio de se efetivar a aquisição do conhecimento dentro da universidade, quanto um elemento que deve fazer parte do aprendizado de um futuro profissional quando do exercício de sua profissão.

**Palavras-chave:** Paradigmas. Licenciatura em música. TICs.

## ABSTRACT

### ANALYSIS OF THE POTENTIAL USES OF THE INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES ON DEGREE COURSE OF MUSIC IN PRIVATE SUPERIOR TEACHING INSTITUTIONS

This paper discusses pedagogical and technological alternatives that can reduce disparities in knowledge of the entrants of higher education with quality and

---

\* Mestra em Música pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenação do curso de Design Gráfico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Endereço institucional: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Rua Imaculada Conceição, 1155 – Curitiba – Paraná. CEP: 80215-901. luciane.hilu@pucpr.br

\*\* Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGE/PUCPR). Endereço institucional: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Rua Imaculada Conceição, 1155 – Curitiba – Paraná - CEP: 80215-901 - patricia.lupion@pucpr.br

sustainability, within a current paradigm focused on the complexity. This disparities are resulted of the entry of large classes because the necessity of Higher Education Institution's financial sustainability. This question arises from the current situation of these Institutions, which include epistemological, methodological, technical questions, but also the aspect of sustainability. The paper begins with the discussion of education in the present, dealing with current educational paradigms and their intimate connection with the technologies; involves the analysis of sustainability issues; reports the case study of the Teacher's Degree in Music from an University from Paraná, PUCPR, analyzing the profile of the entrant; and, finally, proposes the use of ICTs (Information and Communication Technologies) in this context, conceptualizing them as an alternative solution to the problem. It is concluded that ICTs in higher education becomes increasingly essential, both as a means to make the acquisition of knowledge within the university, and as an element that must be part of a future professional.

**Keywords:** Paradigms. Teacher music courses. ICTs.

## RESUMEN

### ANÁLISIS DEL POTENCIAL DE USO DE LAS TECNOLOGÍAS DE INFORMACIÓN E COMUNICACIÓN EN CURSO DE GRADO EN MÚSICA EN UNIVERSIDAD PRIVADA

Este artículo discute alternativas pedagógicas y tecnológicas que pueden reducir las disparidades en el conocimiento de los estudiantes de primer año de la educación superior, como consecuencia de la entrada de grandes clases, por cuestiones de sostenibilidad financiera de las IES (Instituciones de Educación Superior). Las alternativas envuelven cuestiones de sostenibilidad económica manteniendo calidad en un paradigma actual que se centró en la complejidad. El problema surge de la percepción de la situación actual de las IES, que pasan por cuestiones tecnológicas, metodológicas, epistemológicas, sino también de la sostenibilidad. Este artículo se inicia con la discusión de la educación en la actualidad, trata de paradigmas educativos actuales y sus estrechos vínculos con la tecnología; evalúa los aspectos de la sostenibilidad; y reporta el caso de estudio de la Licenciatura en Música del una Universidad del Paraná, PUCPR, analizando el perfil del participante. Por último, propone el uso de las TIC (Tecnologías de la Información y la Comunicación), la conceptualización de ellas como una alternativa de solución a los problemas identificados. Se concluye que las TIC en la educación superior se vuelve cada vez más importante, tanto como un medio para hacer la adquisición de conocimientos dentro de la universidad, como un elemento que debe ser parte del aprendizaje de un futuro profesional.

**Palabras clave:** Paradigmas. Licenciatura em música. TIC.

## Introdução

A tríade da universidade proposta pela Reforma Universitária de 1968 – ensino, pesquisa e extensão – por muitas décadas foi o sustentáculo para

uma universidade que atuava em sintonia com seu tempo. Entretanto, devido aos questionamentos trazidos por novos paradigmas científicos, e por consequência educacionais e tecnológicos; também pelo delineamento de uma sociedade permeada

pelas novas formas de comunicação e informação advindas da proliferação dos computadores e da Internet de forma massiva e acessível; e de uma alteração na forma de se construir valores e capitais sociais, dada pela sociedade do conhecimento, com mudanças aceleradas e tão evidentes que aconteceram ao longo das últimas duas décadas, a proposta de universidade deve ser ampliada e atualizada. E que lugar mais apropriado que a Universidade para a pesquisa e a criação de modelos? Espaço privilegiado para a construção do conhecimento é à Universidade que se atribui a missão de inovar, de antecipar o futuro, de prever (TORRES, 2004). Assim, evidencia-se a necessidade de vislumbrar novas perspectivas de sua compreensão e de sua atuação, que possam dar conta tanto da dimensão triádica proposta, quanto das dimensões políticas, sociais e culturais da contemporaneidade.

Essa posição é enfatizada pelos documentos que compõem as orientações político-pedagógicas da educação brasileira, que têm apontado para a importância de se fortalecer ou instaurar processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo às novas tarefas e desafios. Dessa forma, é fundamental uma “revisão profunda” de “aspectos essenciais” da formação dos profissionais propostas neste âmbito educacional, principalmente da formação voltada à educação por meio das licenciaturas, no que diz respeito à definição, estruturação e também da forma dos conteúdos que constituem a base dos cursos, “para que respondam às necessidades da atuação do professor” (BRASIL, 2001, p. 10-11).

Dentro deste rol, encontram-se os cursos de Licenciatura em Música das universidades brasileiras, que passam por um momento de redefinição e de buscas metodológicas, visando atender às múltiplas demandas e superar os desafios da área. Ainda que, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, os Cursos de Licenciatura em Música venham sendo reestruturados em suas bases curriculares, por projetos políticos pedagógicos que visam incorporar as dimensões exigidas para a formação docente em geral, sem perder de vista as especificidades do campo da música, ainda carece do estabelecimento de uma sintonia ampliada com a contemporaneidade e seus desafios. Os cursos da graduação em música

precisam considerar a pluralidade do seu campo para além dos aspectos conservadores que lhe são inerentes, sendo capazes de proporcionar uma visão da área com base nos novos paradigmas educacionais e tecnológicos advindos das mudanças tecnológicas, sociais e culturais iniciadas no século XX e intensificadas no século XXI. É imprescindível que, junto aos conhecimentos musicais específicos, seja desenvolvida uma formação pedagógica e tecnológica ampla e relacionada diretamente com a construção dos saberes em música que agreguem as novas potencialidades trazidas por estas mudanças e que possam tanto suprir a construção de conhecimentos musicais pelos alunos, quanto os instrumentalizar no exercício de sua profissão, incorporando os usos tecnológicos/metodológicos da contemporaneidade.

Toma-se aqui o princípio da contemporaneidade que está relacionado ao desenvolvimento técnico, científico e humano, nos mais variados âmbitos, na busca incessante de atualização da tecnologia, da ciência, das relações, dos processos pedagógicos, com forte impacto social, democratizando a participação em discussões com alunos oriundos de contextos e realidades diferentes, ampliando olhares e aprendizagens.

Essas propostas esbarram em uma série de condicionantes e questões do cenário educacional brasileiro da atualidade que vêm à tona nas tentativas de implantar novas metodologias ou novas formas de se pensar a universidade e, consequentemente, os cursos de Licenciatura em Música. Entre eles temos paradigmas inovadores que se apresentam e que muitas vezes encontram uma dificuldade de implantação no âmbito educacional ou porque são desconhecidos pelos docentes, que reproduzem inconscientemente sua docência à maneira como foram ensinados (conservadoramente), ou por questões de sustentabilidade financeira das instituições; o ingresso cada vez mais despreparado dos alunos na universidade por conta dos vestibulares cada vez menos seletivos; a “invasão” da tecnologia nos modos de vida, de interação e comunicação extramuros da universidade e o descompasso desta com este advento; a formação de professores distante da realidade de sua atuação, entre outros. É em decorrência desse quadro que emerge a preocupação de desenvolvi-

mento de propostas inovadoras de construção de conteúdos e metodologias que visem à interação para o aprendizado, observando a necessidade de pesquisa e análise de tecnologias e metodologias a fim de que corroborem o processo.

Este artigo visa explorar essas questões, tomando como estudo de caso o curso de Licenciatura em Música da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), a fim de vislumbrar as possibilidades de inserção de novas formas de ensino/aprendizagem que possam estar sintonizadas com as necessidades e possibilidades que a contemporaneidade traz. Esta pesquisa se desenvolve como parte das atividades do grupo de pesquisa Prática Pedagógica na Educação Presencial e a Distância: Metodologias e Recursos Inovadores de Aprendizagem (PRAPETEC), do Programa de Pós-Graduação em Educação, da linha Teoria e Prática Pedagógica na formação de professores. As discussões aqui apresentadas estão focadas no seguinte questionamento: existem alternativas que possam diminuir as disparidades de conhecimentos dos ingressantes de forma sustentável economicamente e com qualidade pedagógica dentro de um paradigma atual em consonância com a contemporaneidade? Para tal inicia com a discussão sobre a educação na contemporaneidade, tratando dos paradigmas educacionais atuais em sua íntima ligação com as tecnologias; passa pela análise dos aspectos de sustentabilidade, especificamente financeira, e de suas consequências, também elucidando onde a tecnologia pode ser inserida como amenizador das dificuldades; relata o estudo de caso do curso de Licenciatura em Música da PUCPR, explicitando sua proposta pedagógica e o perfil dos ingressantes em 2011; e, por fim, propõe a utilização das TICs neste âmbito, conceituando-as como alternativa para solução das problemáticas apontadas.

## Educação na contemporaneidade

A educação, atualmente, está inserida em um contexto sociocultural em que o conhecimento se delinea como fonte de riqueza, produção e poder, configurando uma Sociedade do Conhecimento. Nesta sociedade, cada vez mais se apresentam as necessidades de aprendizagens abertas e flexíveis,

capazes de responder às demandas da economia e dos indivíduos, e que possam prover o conhecimento requerido. Construir o conhecimento de forma aberta e flexível só é possível “através de liderança distribuída e entre uma ampla base de contribuintes, e não entre um círculo restrito de especialistas” (RICHARDSON, 2014, p. 282).

Se configurada como aberta, tal sociedade requer sistemas de produção e transmissão de conhecimento abertos, onde se verifica uma demanda crescente por parte dos alunos e professores de metodologias de ensino que congreguem elementos pedagógicos que permitam uma maior flexibilização do processo ensino/aprendizagem. Ratificando a demanda, a atualidade, com seu *modus operandi*, cada vez mais obriga as pessoas a buscarem alternativas que envolvam tempo e espaço cada vez mais flexíveis em sua formação. “Práticas educacionais via web 2.0 reconhecem aprendizes como agentes transformadores, a natureza emergente e colaborativa da aprendizagem e o conhecimento compartilhado e aplicado em situações vivas e contextos reais” (OKADA, 2014, p. 218). Assim, a opção pela utilização das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano docente como opção para a flexibilização do processo ensino/aprendizagem implica no acolhimento do paradigma da complexidade na prática pedagógica (TORRES et al., 2015).

Por meio desse paradigma, busca-se privilegiar a formação de um cidadão que saiba resolver os problemas que a vida lhe coloca, vinculando o conhecimento científico ao cotidiano, utilizando-se para tal das metodologias inovadoras com reflexão crítica e transformadora. Busca-se também, neste paradigma, a visão de totalidade, a superação do modelo de reprodução para o de construção do conhecimento, que poderia efetivar as potencialidades da Sociedade do Conhecimento. Aliado a isto, evoca uma educação emancipadora, na qual se trabalha o desenvolvimento de competências dos alunos, sujeitos ativos de sua formação, na construção de saberes mobilizados para o ser, o conviver e o fazer. Esta perspectiva está voltada para o desenvolvimento de ações, reflexões e atividades de aprendizagem integrando os conteúdos para favorecer a construção do conhecimento técnico e humano.

Verifica-se, pois, uma aproximação existencial entre a sociedade que se conforma e as tecnologias que se apresentam a ela:

A Sociedade do Conhecimento surge no século XX junto com a Revolução Tecnológica. O avanço da Era da Produção Agrícola e da Era Industrial focaliza-se na superação da reprodução para a produção do conhecimento. A Revolução Tecnológica aliada à Sociedade do Conhecimento provocou um grande encontro da Era Oral, Escrita e Digital. Essa triangulação vem se formando e tem como base o capital humano ou intelectual. [...] O paradigma inovador que acompanha a Sociedade do Conhecimento exige mudanças profundas no que se refere à visão de mundo, de homem, de tempo, de espaço, entre outras. (BEHRENS, 2008, p. 20).

Visando atender a essas necessidades, o uso de TICs e do computador vem sendo incorporado nas situações de ensino/aprendizagem, aumentando as oportunidades de acesso e de reforço à educação, mas principalmente ofertando as possibilidades para que uma educação no paradigma da complexidade possa se efetivar. Estas tecnologias carregam em si potencialidades quer sendo utilizadas como apoio ao ensino presencial, quer no desenvolvimento de cursos de educação a distância. Vive-se “um momento educacional que exige o desenvolvimento de um modelo pedagógico para uma educação online. Há muito a experimentar, a inovar, a criar, já que se está diante de uma tecnologia (internet) que permite recursos impensáveis até então” (TORRES, 2004, p. 24).

O desenvolvimento tecnológico passa a se entrelaçar a processos educacionais, proporcionando possibilidades de virtualização dos espaços educativos, nos quais se veem diluir as amarras limitantes do espaço físico e do tempo. Na educação baseada nestes princípios, o aluno passa a determinar quando e onde desenvolverá seu processo de aprendizagem, atua com autonomia e reflexão crítica, e o faz inserindo-se como ser complexo dentro do processo educativo.

Corroborando a inevitável inserção tecnológica nos processos educativos atuais, Belloni (2008, p. 53) traz à tona que esta faz-se presente historicamente: “Tomadas em seu sentido mais geral, pedagogia e tecnologia sempre foram elementos fundamentais e inseparáveis da educação.” Sob

esta ótica, reflete sobre a complexidade da educação, expondo que ela sempre utiliza a mediação de algum tipo de meio de comunicação como complemento ou apoio à ação do professor, seja de forma direta ou indireta. Na contemporaneidade, os meios tecnológicos mais utilizados têm, evolutivamente, passado de mídias impressas a sinais eletrônicos, se conformando como manifestações das tendências globalizadoras e descontextualizadoras da modernidade, mas ao mesmo tempo sendo instrumentos destas mesmas tendências (BELLONI, 2008). Ou seja, a mudança paradigmática passa e perpassa as novas tecnologias aplicadas à educação, onde tempo e espaço também passam a ser mediados e mediatizados, e onde o digital passa a substituir em grande parte o presencial.

Existe uma nova categoria do conhecimento que incorpora a forma de aprender digital às tradicionais formas orais e escritas e enseja uma nova prática docente baseada na construção individual e coletiva do conhecimento (LEVY, 1993 apud BEHRENS, 2012).

Percebe-se claramente o avanço do digital nas áreas da educação, lembrando que o uso das TICs na educação não se restringe à simples adoção da tecnologia, mas sim a um repensar metodológico. Objetiva-se superar a visão fragmentada e a reprodução do conhecimento com vias à produção do conhecimento e à visão unificada do todo, ou seja, as TICs não são o fim da aprendizagem, mas um meio profícuo para que se possam efetivar novas propostas metodológicas que levem o aluno a “aprender a aprender” (KENSKI, 1998).

O estilo digital engendra, obrigatoriamente, não apenas o uso de novos equipamentos para a produção e apreensão de conhecimento, mas também novos comportamentos de aprendizagem, novas racionalidades, novos estímulos perceptivos. Seu rápido alastramento e multiplicação, em novos produtos e novas áreas, obriga-nos a não mais ignorar sua presença e importância (KENSKI, 1998).

Contudo, mesmo com a constatação da adequação e indissociabilidade do uso das TICs aos processos de ensino/aprendizagem, tem-se consciência de que existe um campo de ampla discussão que envolve a inserção de práticas, as utilizando especificamente na educação superior e nos cursos

de formação de professores. Esta inserção, além de fomentar e dar base para a implantação das características da sociedade do conhecimento e do paradigma da complexidade, potencializando o processo de ensino/aprendizagem, pode, por outro lado, minimizar as dificuldades trazidas por esta nova conformação, que constrói expectativas e necessidades diferentes daquelas que os professores vivenciaram em seus períodos de estudo e formação, e por isto muito ainda desconhecidas para eles e pouco aplicadas. Outro rol de dificuldades é trazido pela característica econômica da contemporaneidade, que impõe de maneira bastante forte ações que permitam a sobrevivência dos espaços educativos.

Nesse sentido, onde se pode privilegiar o uso das tecnologias como elemento mediatizador da construção do saber, constrói-se uma discussão particularizada que deve perpassar tanto as questões epistemológicas, pedagógicas e metodológicas, como de infraestrutura e de sustentabilidade das propostas que se apresentam nos espaços educativos.

## Desafios da sustentabilidade

A educação tem sido colocada cada vez mais como elemento central e estratégico da sociedade da contemporaneidade. Conforme Pochmann (2010), entre as quatro decisões estratégicas que o Brasil precisa tomar para seu crescimento, a educação tem papel fundamental, aparecendo em todas as descrições:

- a) Demografia nacional – a expansão demográfica e o envelhecimento da população apresentam a necessidade de reformular as políticas sociais, e entre estas a educação;
- b) Sustentabilidade ambiental – o atual padrão de produção e consumo ainda está muito distante das exigências de preservação do meio ambiente, e a educação poderá contribuir com a formação de jovens com esta nova visão;
- c) Desigualdade regional do Brasil – grande parte dos municípios brasileiros não possui condições de vida urbanizadas, o que implica em formar pessoas com a capacidade de

desenvolver projetos que possam contribuir para uma maior igualdade social;

- d) Investimento produtivo e educacional – a educação passou a ser requisito fundamental para o desenvolvimento do país.

Entretanto, a importância e foco que a educação tem tido não a exime tanto das possibilidades quanto dos desafios postos pela contemporaneidade. Dentro do que se apresenta na atualidade, um conceito que se incorpora de maneira muito forte e que cada vez mais se expande para as áreas educacionais é o de sustentabilidade. Tendo em vista que o conceito em foco é o defendido pela Rio 92, no qual existe uma interdependência de três eixos específicos para a completude do mesmo, residentes na faceta de sustentabilidade social, ambiental e econômica, verifica-se que a universidade passa a dever permear-se também pelos quesitos advindos destes três eixos, vide as resoluções nacionais da área de educação sancionadas sobre a obrigatoriedade no tratamento dos temas transversais nos projetos pedagógicos dos cursos superiores, expostas nas Políticas Nacionais de Educação Ambiental, que preconizam os processos por meio dos quais o indivíduo constrói valores voltados à educação ambiental. Com uma proposta expandida do conceito, busca-se o foco humanista democrático e participativo, considerando o meio ambiente em sua totalidade, e a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, legisla-se sobre a necessidade de se abordar tanto as questões culturais quanto as étnico-raciais, pela qual a universidade deve prover e promover o pensar educativo para a ação do profissional consciente da sociedade na qual se insere, sendo esta multicultural e pluriétnica.

A universidade deve estar atenta à discussão desses temas, buscando um enfoque filosófico da existência, visando à passagem de uma análise exclusivamente epistemológica para a técnico-científica do conhecimento, com uma abordagem que considere o ser humano em suas relações socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais,

propondo o desenvolvimento de competências relativas ao reconhecimento dos impactos da civilização científico-tecnológica nas relações humanas e ambientais e à compreensão da responsabilidade do homem como construtor do mundo, o que está em sintonia com a proposta do paradigma da complexidade.

Verifica-se também que sustentabilidade é o mote para o desenvolvimento nacional, colocando-se como elemento estratégico para tal. Explicitam-se as suas dimensões, conforme o Livro Azul (BRASIL, 2010, p. 21): “É possível entender o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação e de mudança, em contínuo aperfeiçoamento, envolvendo múltiplas dimensões – econômica, social, ambiental e política.”

Regida por e estando submetida a essas normativas, a universidade tem buscado atender, dentro de seus projetos pedagógicos, às demandas de sustentabilidade social e ambiental preconizadas pela legislação nacional, vide a incorporação de disciplinas ou de temas específicos em disciplinas ou por meio de projetos, campanhas ou ações voltadas à sustentabilidade social e ambiental. Todavia, no entendimento de sustentabilidade, verifica-se que a universidade tem se debatido na manutenção do terceiro eixo do conceito, que é especificamente o da sustentabilidade econômica.

Mesmo evidenciando a necessidade e a importância da educação no contexto atual, o que pode parecer que o país está em consonância com as estratégias postas, promovendo a sustentabilidade econômica do setor educativo, verifica-se que o cenário não é favorável ao setor privado da educação. As instituições privadas enfrentam grandes dificuldades de todas as ordens, sendo que as principais decorrem do fato de que elas devem ser economicamente autossustentáveis. Para que uma instituição privada possa ter sustentabilidade financeira, em uma situação econômica em que a maior parte de sua renda advém das mensalidades dos alunos, os cursos ofertados devem ter um número de matriculados coerente com os custos gerados. Neste cenário, dentre as diversas ações estratégicas buscando a sustentabilidade financeira, as instituições privadas optam por abrir processos seletivos (vestibular) menos restritivos para alunos e para um número mais do

que razoável de ingressantes efetivos por turma, convergindo com a abertura de diversas chamadas para ingresso ou mesmo de diversos vestibulares, até que se preencha o maior número das vagas, desmoralizando os próprios processos seletivos e inchando as salas de aula.

As consequências são o ingresso de um perfil de alunado cada vez mais despreparado, sendo que os espaços educativos ainda enfrentam uma menor disponibilidade de suprir este despreparo pelos meios tradicionais de ensino/estudo. Os dois fatos ocorrendo simultaneamente fazem com que se configurem turmas sem unidade mínima de conhecimento, o que, por sua dimensão, impossibilita a atuação próxima do professor na amenização das disparidades. Em turmas com estes aspectos há somente uma utopia da aplicação dos pressupostos do paradigma da complexidade, devido à grande dificuldade, por parte do professor, de considerar a contextualidade e história de cada um dos envolvidos no processo ensino/aprendizagem.

Paralelamente e contraditoriamente, de acordo com o artigo 209 da Constituição Federal de 1988, que determina que o ensino privado pode ser ofertado desde que sejam cumpridas as normas para a educação nacional e se submeter a avaliação pelo Poder Público, houve uma grande expansão deste setor que, junto com a expansão da educação superior pública que vem ocorrendo nos últimos anos, em especial com o plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e da educação a distância, vem tendo forte impacto negativo no número de matrículas efetivas das instituições privadas de ensino superior, o que as levou a buscar alternativas para preencher todas as vagas ofertadas.

Dessa forma, em cursos cuja natureza admite a aplicação de testes de habilidade específica antecedendo o processo seletivo do vestibular comum, como Artes, Arquitetura, Design, Música e Teatro, uma das estratégias das instituições privadas foi a de abolir os testes para permitir o preenchimento total das vagas. Esta ação desencadeou uma democratização de acesso à educação superior, que, sem dúvida, é positiva, mas com sérios danos à qualidade de aprendizado, por um lado devido ao número extensivo de alunos nos primeiros anos dos

cursos, e por outro pelo ingresso desnivelado em termos de conhecimentos prévios.

Diante desse cenário, alternativas pedagógicas devem ser pesquisadas para operacionalizar a sustentabilidade financeira das instituições, buscando manter o acesso democrático, mas tendo por objetivo maior a formação de um profissional cidadão, capaz de atuar com competência. Desta forma, se por um lado os aspectos epistemológicos da educação na contemporaneidade devem ser repensados nos processos de ensino/aprendizagem, bem como os meios utilizados para alcançá-los, fazendo parte dos estudos acerca da educação no país, por outro lado deve-se ter em mente o pragmatismo que cada paradigma educacional traz em si como pressuposto. Existem, pois, estas facetas a serem consideradas, e entre as mais preocupantes encontra-se a sustentabilidade financeira das instituições de educação superior neste paradigma inovador.

Para analisar esses aspectos de forma pragmática, realizou-se um estudo de caso no curso de Licenciatura em Música de uma IES de grande porte do Paraná, a PUCPR, que atualmente não possui teste de habilidade específica prévia para ingresso e que oferta anualmente 60 vagas para ingressantes.

### **Estudo de caso – Curso de Licenciatura em Música**

A Lei nº 9394/96, que expõe as diretrizes e bases da educação nacional, estabelece como uma das finalidades da educação superior o estímulo à criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Recentemente reformulada em seu Artigo 26, recebeu o acréscimo do § 6º, que alude à instituição da Lei 11.769/2008 no que tange à instituição da música como conteúdo obrigatório nas escolas, como componente curricular nos diversos níveis da Educação Básica.

Convergindo a essa determinação legal, em 2010 foi criado o curso de Licenciatura em Música da PUCPR, que busca atender aos anseios da sociedade contemporânea, a fim de garantir que o ensino da Música na Educação Básica ocorra em conformidade legal. Em consonância, mas

não restrita à disposição legal, a PUCPR pretende formar professores de música aptos para atuar, além da Educação Básica, também nos diversos segmentos e contextos da educação e da música que demandam a atuação do profissional dentro dos aspectos e preceitos da contemporaneidade. O curso está de acordo com todas as resoluções diretivas nacionais e obedece também à legislação no tocante a integração dos eixos articuladores que compõem a formação profissional em diferentes âmbitos, tais como: o desenvolvimento da autonomia, o uso de metodologias que favoreçam a interdisciplinaridade, o aprimoramento de conhecimentos específicos e suas estratégias de aplicação na prática docente, bem como a utilização das capacidades criativas, de reflexão, de crítica e de argumentação.

Contextualmente, a PUCPR é a primeira instituição privada de ensino superior de Curitiba e Região Metropolitana a ofertar o curso de Licenciatura em Música. As demais atuantes pertencem aos governos estadual e federal e, além de terem incluído em seus processos seletivos os testes prévios de habilidade específica para o ingresso dos alunos, ofertam um número de vagas restrito para a demanda mercadológica que se apresenta. Essas IES reunidas ofertam ao todo, em dados de 2013, 110 vagas anuais para formação de professores de música via ensino superior, sendo que este número não atende à demanda colocada pela Lei 11.769/2008 (que institui música como conteúdo obrigatório nas escolas). No âmbito municipal são 553 escolas de Educação Básica (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA, 2013), e no âmbito governamental estadual são 333 escolas em Curitiba e Região Metropolitana (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2013) que precisam se adequar, sendo que são poucos os professores capacitados para atender à disposição legal.

Nesse âmbito, a PUCPR busca ampliar a possibilidade de formação de professores de música no intuito de melhorar as ações educativas nesses contextos escolares. Pautando-se nos preceitos da IES e pelos seus valores, corrobora o preenchimento dessa lacuna existente no quesito quantitativo e qualitativo de professores aptos ao exercício da função nos espaços geográficos do entorno muni-



cipal de Curitiba, oportunizando e viabilizando o preparo de profissionais para a educação musical no país, democrática e acessível. Assim sendo, o curso de Licenciatura em Música da PUCPR surge no cenário da educação musical curitibana como uma oportunidade à formação (do educador) musical a todo cidadão que vislumbre tal direcionamento, em uma situação mercadológica favorável e urgente socialmente, uma vez que busca minimizar a discrepância entre a oferta e a demanda de vagas para professores de música no contexto supramencionado.

Segundo o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o curso estudado pretende formar professores de música aptos para atuar, além da Educação Básica, também nos diversos segmentos e contextos da educação e da música que demandam a atuação do profissional dentro dos aspectos e preceitos da contemporaneidade. O curso atende às resoluções diretivas nacionais e obedece à legislação no tocante à integração dos eixos articuladores que compõem a formação profissional em diferentes âmbitos, tais como: o desenvolvimento da autonomia, o uso de metodologias que favoreçam a interdisciplinaridade, o aprimoramento de conhecimentos específicos e suas estratégias de aplicação na prática docente, bem como a utilização das capacidades criativas, de reflexão, de crítica e de argumentação.

Inserido na Escola de Comunicação e Artes, o curso de música compartilha das áreas estratégicas delineadas pela e para a escola, sustentando-se a partir de quatro diretrizes ligadas aos processos do ser, processos de criação, processos transmidiáticos e processos de gestão, com ênfase na inovação, na sustentabilidade, nas plataformas tecnológicas para as Artes e a Comunicação. Nessa perspectiva, o curso tem como meta e diferencial a formação integral do professor que colocará no mercado. Atende também às competências determinadas pela Escola, sendo estruturado em três eixos fundamentais, a saber: o eixo humanístico, que compreende as disciplinas de reflexão sobre o homem, a sociedade e a cultura; o eixo pedagógico, que fundamenta a prática docente sob diversos aspectos didático-metodológicos relativos à Educação Básica; e o terceiro eixo, que diz respeito às disciplinas específicas da linguagem musical, nas quais são desenvolvidas as

habilidades musicais do estudante para a docência e outras práticas relacionadas à música, tais como: corais, grupos de câmara, bandas e o ensino da música em conservatórios e escolas especializadas. A estes eixos é adicionado um quarto, que diz respeito às atividades complementares à formação do aluno. É imprescindível que o profissional egresso desenvolva a autonomia, buscando constantemente sua atualização teórica e prática, especificamente em conteúdos, metodologias e técnicas de ensino da música. O perfil desejado do profissional é o de compreensão do seu tempo e do seu contexto, com capacidade de inovar e de criar.

Atrelada a esses eixos, a organização curricular do curso é estruturada de modo a promover um aprendizado focado em saberes específicos da música, da área pedagógica e, também, os conhecimentos específicos da área humanística necessários à reflexão acerca da atuação do profissional no mercado de trabalho, buscando um perfil de egresso com domínio de habilidades necessárias para interagir com os diversos segmentos na discussão de questões de interesse público e/ou privado, e a linguagem científica necessária para compreender e avaliar as inovações oriundas do mundo da ciência e tecnologia com vias a aplicação profissional, com soluções viáveis, técnica e economicamente competitivas. É imprescindível que o profissional egresso desenvolva a autonomia, buscando constantemente sua atualização teórica e prática, especificamente em conteúdos, metodologias e técnicas de ensino da música.

Como existe, inquestionavelmente, um isomorfismo entre a formação do aluno como professor e sua prática profissional, as questões da contemporaneidade devem fazer parte de seu percurso na universidade, sendo vivenciadas em seu próprio aprender para depois fazerem parte de seu próprio ensinar: “O professor ao chegar à escola carrega subjacente o paradigma que caracterizou sua formação” (BEHRENS, 2007, p.448). Desta forma, o futuro professor deverá ser capaz de produzir conhecimento compatível com o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, onde se almeja: “Qualificar os profissionais para desafiarlos a modificar e transformar seu papel como docente com consciência crítica e reflexiva” (BEHRENS, 2007, p. 446).

Devendo conformar-se a esses pressupostos, a efetivação das propostas apontadas no projeto pedagógico do curso está também ligada às questões pragmáticas que a envolvem, entre elas as características de seus alunos ingressantes. É neste item que a PUCPR basicamente difere das instituições públicas de formação de professores para a música. Primeiramente pelo número de vagas para ingressantes, que muitas vezes chega a ser 3 (três) vezes superior ao oferecido pelas instituições públicas; e em segundo lugar na abolição dos testes de habilidade específica de conhecimentos musicais para ingresso, sendo que o aluno somente é submetido ao processo de vestibular convencional. Quanto ao número de ingressantes, verifica-se que nas 60 vagas ofertadas, ingressaram efetivamente a cada ano: 2010 – 45 alunos; 2011 – 66 alunos; 2012 – 52 alunos; 2013 – 52 alunos (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2013).

A facilidade de acesso ao curso (número de vagas ofertadas e abolição dos testes de habilidade específica) tem se tornado um fator preponderantemente positivo ao interesse de novos matriculados no curso, estabelecendo uma democratização do acesso, evidenciado em diversos relatos de alunos recém-ingressantes, coletados em atividades de inserção na universidade na primeira semana de aula:

A minha escolha do curso de licenciatura em música foi tomada principalmente pelo fato de que aqui não há uma prova específica da área de música. Meus conhecimentos teóricos, até então, não eram muito desenvolvidos (e continuam não sendo, por enquanto). (Aluno 01, 2013).

Os motivos para a decisão de optar pelo curso de música foram bastante pessoais:

[...]. Toco instrumentos há mais de 10 anos e sempre fui autodidata, nunca tive aulas sobre teoria musical ou técnicas de qualquer tipo de instrumento e acho que a experiência é extremamente válida e fundamental para o mercado ligado à licenciatura da música [...]. (Aluno 02, 2013).

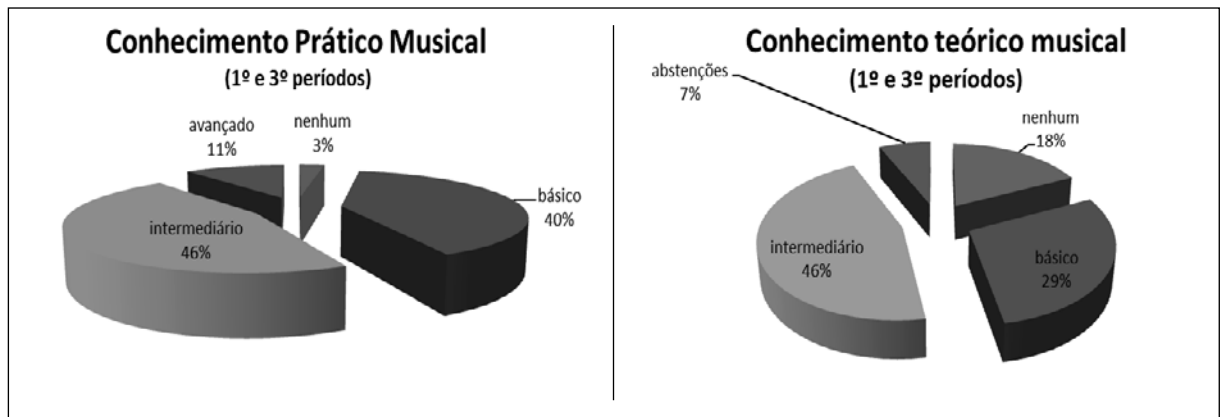
Se, por um lado, a formatação de ingresso da IES abre maior oportunidade para que pessoas sem uma prévia educação formalizada em música possam obter uma formação de licenciatura na área, permitindo a ampliação do interesse da população por essa área da profissão e oportunizando

o acesso à formação acadêmica, por outro permite o ingresso de alunos com conhecimentos díspares e muitas vezes aquém do mínimo desejável para iniciar uma formação específica para a docência musical.

A facilidade de acesso traz consigo desafios, seja na necessidade de nivelamento dos alunos já no início do curso para uma maior uniformidade das turmas, seja na necessidade de se suprir, ao longo do percurso do curso, todos os saberes específicos e gerais do conhecimento humano que devem ser articulados para uma atuação competente, e necessários para a formação do professor de música. Constata-se que grande parte do alunado caracteriza-se como desprovido de conhecimentos básicos fundamentais de música, estritamente necessários para o início das atividades de aprendizado de música em termos de graduação. Este fato implica em graves dificuldades docentes e discentes, posto que acarreta em dificuldades de aprendizagem de uma considerável parcela da turma que não consegue acompanhar o discurso dos professores e também no impedimento de avanço daqueles poucos alunos que já chegam aptos a proceder sua aprendizagem dos conteúdos dispostos nas ementas das disciplinas, demandando ações que possam reverter a situação.

Fundamentando a característica dos ingressantes, foi aplicado um questionário fechado, quantitativo e objetivo, no início de 2011, para os alunos de 1º período (ingressantes em 2011 – 45 respondentes) e de 3º período (ingressantes em 2010 – 27 respondentes), que somaram ao todo 72 alunos respondentes, questionando-os acerca de seus conhecimentos musicais, práticos e teóricos. Como resultado, obteve-se que, em relação ao:

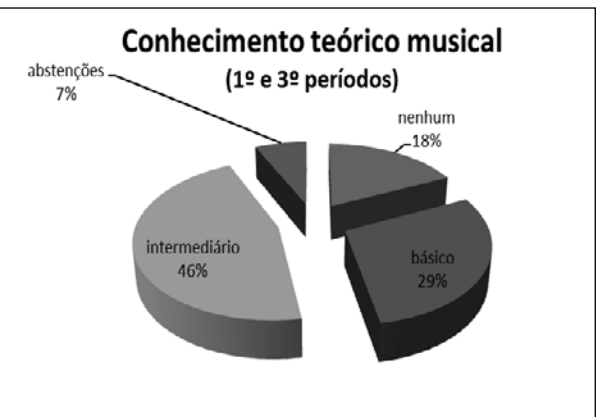
- a) conhecimento prático musical (Gráfico 1): 2 não cantavam e nem tocavam nenhum instrumento, 29 consideravam que tinham conhecimento musical básico de instrumento, 33 que possuíam conhecimento intermediário e 8 com conhecimento avançado;
- c) conhecimento teórico musical (Gráfico 2): 33 consideravam que tinham conhecimento intermediário, 21 possuíam conhecimento básico, 13 não tinham conhecimento nenhum e 5 se abstiveram.

**Gráfico 1** – Conhecimento prático musical dos ingressantes em 2010 e 2011

**Fonte:** Elaborados pela autora deste artigo.

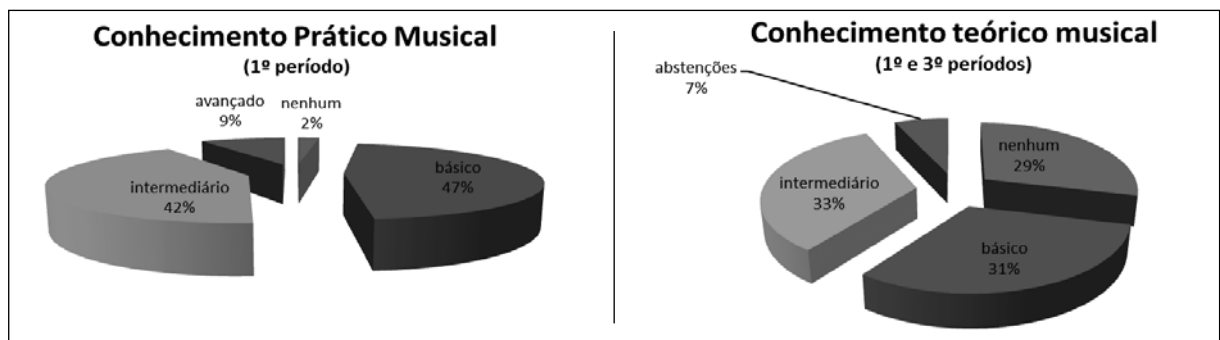
Para fins de análise, os dados foram reavaliados, construindo-se gráficos específicos sobre o conhecimento dos alunos recém-ingressantes em 2011 (45 respondentes), sendo o resultado exposto a seguir:

- a) Conhecimento prático musical (Gráfico 3): 1 não cantava e nem tocava nenhum instrumento, 21 possuíam conhecimento básico,

**Gráfico 2** – Conhecimento teórico musical dos ingressantes em 2010 e 2011

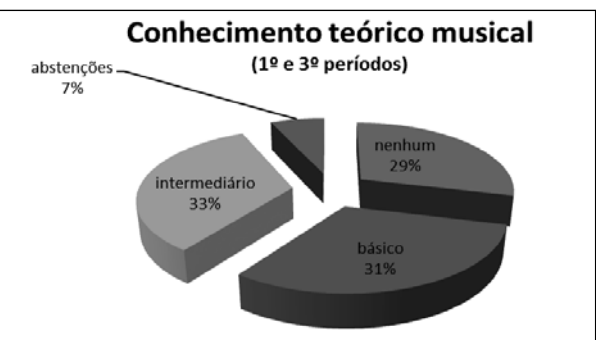
19 possuíam conhecimento intermediário e 4 possuíam conhecimento avançados;

- b) Conhecimento teórico musical (Gráfico 4): 15 se autoavaliaram com conhecimento intermediário, 14 com conhecimento regular, 13 com nenhum conhecimento e 3 se abstiveram.

**Gráfico 3** – Conhecimento prático musical dos ingressantes em 2011

**Fonte:** Elaborados pela autora deste artigo.

Verifica-se, por meio dos gráficos, que o maior problema que se apresenta consiste ainda no fato de que, ao ingressarem na universidade, os discentes trazem grandes lacunas de conhecimento teórico da linguagem musical. Muitos deles, autodidatas e hábeis instrumentistas, apresentam poucos conhecimentos da teoria musical que compreende o universo da leitura e escrita musical para o avanço de seus conhecimentos na área da Música.

**Gráfico 4** – Conhecimento teórico musical dos ingressantes em 2011

Essas dificuldades trazem um questionamento sobre o papel efetivo das instituições de educação superior na área de Licenciatura em Música. Dentro deste contexto, acredita-se que todo e qualquer ser humano tenha potencialidades a serem desenvolvidas e exploradas ao longo de seu curso, sendo a música, como área do conhecimento humano, passível de aprendizado por qualquer pessoa, de modo paulatino e sistematizado, sendo que o aprendizado

da linguagem de escrita e leitura musical consiste de um processo de “alfabetização” como qualquer outro. Sob esta perspectiva, os cursos superiores de música devem estar preparados para receber e preparar igualmente seus ingressantes, acolhendo estudantes com diferentes níveis de conhecimentos musicais, tentando suprir via outras possibilidades as prévias lacunas de conhecimento trazidas por eles, tratando-os como indivíduos inseridos em seu contexto e história, ideia praticada pelo paradigma da complexidade.

Para tal, os projetos pedagógicos dos cursos superiores em Música, especificamente da Licenciatura, devem contemplar, além de matrizes com os conteúdos básicos e complementares à formação de docentes com habilidades e competências específicas ao profissional do ensino da Música, espaços ou ações que permitam o olhar, debruçar e resgate dos alunos em condições de conhecimento prévio desfavoráveis. Concomitante a estas propostas, ante o contexto hipermediático a que estão sujeitos docentes e discentes da contemporaneidade, e, também, as exigências das diretrizes curriculares nacionais, há que se pesquisar e desenvolver outras formas e metodologias de ensino da linguagem musical que possam potencializar esta proposta.

Uma das possibilidades que se apresenta, e que está em consonância com a sustentabilidade financeira e com os preceitos do paradigma da complexidade na educação, é a utilização das tecnologias para amplificar o aprendizado e minimizar os pontos negativos advindos da disparidade dos alunos ingressantes, seja por meio de disciplinas de nivelamento via EAD (educação a distância), seja ampliando o espaço educativo para tempos e espaços mais flexíveis, sistematizando um aprendizado que se utilize das TICs. A implementação destas alternativas não pode excluir o acompanhamento e a condução dos alunos por parte dos professores de maneira constante e crítica, postura esta que possa ser replicada na atuação do futuro professor de música:

A compreensão do professor enquanto profissional que atua na escola inclui atitude reflexiva sobre os paradigmas inovadores que caracterizam a docência. As possibilidades de optar por metodologias de ensino

transformadoras, incluem a utilização de recursos tecnológicos com criticidade, além do necessário conhecimento sobre a disciplina que o docente se propõe a trabalhar. (BEHRENS, 2007, p. 449).

Nesse sentido, a diversidade se inverte de ponto negativo a positivo, oportunizando o engajamento do curso em propostas estruturadas para a formação continuada de seus ingressantes, via pesquisa e extensão, nas atividades promovidas pelo curso, objetivando em cada uma de suas ações a formação integral, com vistas ao atendimento da demanda mercadológica notória, crescente e emergente para este profissional, usando para tal as TICs.

Conforme exposto, a Resolução nº 02, de 08 de março de 2004, afirma em seu artigo quarto que os cursos de graduação em Música devem possibilitar formação profissional que revele competências e habilidades para viabilizar a pesquisa científica e tecnológica em Música (BRASIL, 2004). A Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002, que rege as diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior, traz em seu artigo segundo destaque para o “uso das tecnologias da informação e da comunicação e de desenvolvimento de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores” na formação dos futuros professores. Porém, os cursos de Licenciatura em Música do país ainda são carentes de ações utilizando as TICs (BRASIL, 2002).

Nesse contexto, o caminho para o curso pesquisado é, antes de tudo, entender o que os seus alunos precisam estudar, ver as tecnologias utilizadas e as que a universidade já possui e criar uma soma entre os dois, para atingir o maior público possível. De acordo com Kenski (2005), a escolha das mídias que envolvem as tecnologias levam em conta os aspectos ligados ao processo pedagógico, o custo e as condições de acesso tecnológico dos alunos.

Sob esse viés, a adoção das TICs no ensino superior deve levar em conta algumas variáveis para que obtenha sucesso. Em primeiro lugar, a infraestrutura dos espaços educativos deve ser adequada, a fim de possibilitar a implementação das estratégias de uso das TICs, sendo que o investimento na área das tecnologias disponibilizadas deve ser suficiente para atender a demanda técnica, metodológica e científica. Neste pressuposto, deve-

-se ter atenção, entre outros aspectos, à: diversificação e adequação de materiais de apoio às aulas; espaços educacionais compatíveis com a realidade educacional, sejam eles físicos ou virtuais; diversificação de material didático que possibilite ao professor criar novas metodologias em sala de aula ou via meios virtuais de ensino. Em segundo lugar, para que as ações utilizando as TICs atendam a estas configurações e necessidades, devem estar previstas e atreladas aos projetos pedagógicos dos cursos, apresentando sua opção epistemológica de educação, de ensino/aprendizagem e reforçando aspectos fundamentais do currículo, como o perfil do estudante que deseja formar e as competências a serem desenvolvidas pelo aluno.

Outro aspecto que se deve observar na proposta de uso das TICs na educação superior é a necessidade de formação dos docentes para a atuação específica no paradigma da complexidade, utilizando adequada e criativamente os meios, contribuindo para a ampliação da qualidade de ensino e efetivando as dimensões objetivas no contexto educacional.

Analisando o contexto institucional onde o curso pesquisado se insere, verifica-se uma seara fértil para a implantação de propostas neste sentido. Primeiramente, verifica-se que a PUCPR, atenta à emergência das tecnologias, é pioneira na utilização das TICs no processo de ensino/aprendizagem. Disponibiliza aos docentes e discentes diversas ferramentas digitais e tecnológicas com fins administrativos, pedagógicos e socializadores. Além do site da universidade, os envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem têm acesso a um sistema de Intranet onde as informações acadêmicas estão disponibilizadas. Este acesso dá suporte a todas as informações de cunho administrativo dentro das unidades curriculares e em relação à universidade como um todo.

Voltado aos processos comunicacionais e pedagógicos, a universidade disponibiliza um ambiente virtual de aprendizagem que proporciona interação colaborativa entre os atores do processo em busca do conhecimento de forma criativa, dinâmica e desafiadora, tendo como essência o diálogo, a pesquisa e a descoberta. É parte integrante do ambiente um conjunto de funcionalidades síncronas e assíncronas para propiciar a comunicação entre todos os participantes; conjunto de funcionalidades

administrativas para apoiar o professor no processo de gerenciamento de sua sala; e integração com o sistema acadêmico da universidade. O ambiente proporciona a ampliação da sala de aula no espaço e no tempo, fornecendo diversas possibilidades ferramentais para uso pedagógico: editais, chat, fóruns, blog, links, repositório de conteúdo, material didático *on-line*, Plano de Ensino estruturado com possibilidade de entrega de trabalhos via sistema, avaliação *on-line*, correio eletrônico, relatórios, agenda, vídeos, entre outros. A possibilidade de organizar-se, de aproximar pessoas sem que seja preciso deslocamentos, para compartilhar ideias, propostas, dúvidas e questionamentos, é o que torna esse ambiente um importante recurso na busca da construção coletiva do conhecimento, de modo colaborativo em rede. Para Torres (2014), o conhecimento se processa na urdidura da rede como um liame, que é composto respectivamente pela ligação de vias e interconexões. As vias podem representar o indivíduo, o sujeito, o ser, o self, que ao mesmo tempo em que olha para si, toma ciência da perspectiva do outro e prepara-se para o coletivo. As interconexões representam as relações; em outros termos, às perspectivas individuais somam-se os entrelaçamentos decorrentes do outro, do coletivo, do temporal, do espacial, do contextual, do conjuntural etc. O liame é muito mais do que a mera composição de 19 vias, interconexões, tramas e malha. Representa a vinculação dinâmica do todo, ou seja: das vias, das interconexões, do individual e do coletivo, do sujeito e do grupo, do tempo e do espaço, do contexto e das conjunturas, das ações e das atuações, da própria malha e da própria rede.

Atrelados ao ambiente virtual de aprendizagem, é disponibilizada uma série de conteúdos didáticos digitais em formato de Objetos de Aprendizagem de diversas áreas do conhecimento, entre elas a informática básica, a pesquisa na internet, a educação, a ética e outros essenciais para a formação do licenciado em música.

Tendo em vista as propostas tecnológicas atreladas às metodologias no ensino superior, a universidade tem em todas as salas de aula computador e projetor multimídia, expandindo as possibilidades de utilização de recursos educativos, e possui uma diretoria especificamente para fornecer suporte e formação ao corpo docente para a utilização das

TICs, que oferece ainda suporte para a realização de videoconferências, gravação de vídeo-aulas e construção de materiais didáticos em diversas mídias.

## Considerações Finais

De acordo com o exposto, a infraestrutura contextual em que o curso de música estudado se insere provê todas as condições para a implantação de propostas que se utilizem das TICs com fins de nivelamento dos alunos ingressantes no curso. As propostas podem incluir desde a construção de cursos de extensão de nivelamento imediato ao ingresso por meio das TICs, utilizando-se do ambiente virtual de aprendizagem para tal, até a disponibilização não formal de conteúdos que possam alimentar o constante evoluir do aprendizado teórico musical dos alunos ao longo de toda sua jornada na universidade, e que podem ser resgatados a qualquer momento. As propostas podem incluir a construção de Objetos de Aprendizagem que mesclam conceitos e conteúdos em formatos diversos, como livros, textos, imagens, áudios, sons e atividades interativas, especificamente para a construção do conhecimento mais deficitário detectado na pesquisa, o da linguagem teórico-musical, ou seja, prover o alfabetismo teórico-musical. A variedade de materiais didáticos pode ser organizada em atividades diversas, individuais ou colaborativas por meio do ambiente virtual.

A proposta deve levar em conta também as especificidades e possibilidades de cada aluno, porém deve ser construída de uma forma a ser autossustentável. Estas demandas podem ser atingidas por meio da replicação da proposta ao longo dos anos e expandindo-a para universos externos, por meio de cursos livres e abertos. Além desta preocupação, a proposta deve prever o acompanhamento e a condução dos alunos por parte dos professores de maneira constante e crítica, não se atendo a uma proposta de autoestudo desvinculado da orientação do docente: “Ora, mídias são meios, e meios, como o próprio nome diz, são simplesmente meios, isto é, suportes materiais, canais físicos, nos quais as linguagens se corporificam e através dos quais transitam.” (SANTAELLA, 2003, p. 25). A proposta

construída desta forma deve permitir o tratamento contextual do aluno, que pode estudar conforme sua disponibilidade e grau de necessidade na aquisição dos conhecimentos propostos.

Dessa forma, vê-se a tecnologia atuando como ponto de apoio para processos de aprendizagem teórico-musicais, em que, paralelamente, os discentes desenvolvem a educação tecnológica com vias à replicabilidade em sua atuação profissional. A tecnologia torna-se um elemento propulsor da autonomia na aprendizagem, que se torna facilitada pelo acesso a conteúdos de acordo com as possibilidades dos aprendizes, proporcionando chances constantes de contato com seu objeto de estudo.

Gerir a implementação de uma proposta com essas características não é fácil, pois ela deve estar atrelada a um planejamento detalhado e claro, com objetivos bem explicitados, compartilhados por todos os envolvidos. A proposta, após implementada, deve também constantemente passar por processos de avaliação e adequação, não se tornando estanque e imutável. Ela deverá permitir o revisitar constante das premissas colocadas e sua real adequação às necessidades da ação em sala de aula e fora desta para alcançar os objetivos do Projeto Pedagógico do curso. Desta forma, verificando que, mais do que uma possibilidade educacional da utilização das TICs em termos epistemológicos e metodológicos, o uso destas tecnologias no curso de música é uma necessidade devido à existência de uma demanda estratégica de sua utilização quando se trata de cursos superiores ofertados por instituições privadas.

Por fim, verificando que a adoção das TICs na educação tem sido tema constante de editais de fomento à pesquisa e cultura, e tendo em vista os apontamentos colocados no Livro Azul (BRASIL, 2010), as TICs se apresentam como uma alternativa para a implantação e efetivação também do paradigma da complexidade. Da mesma forma, verifica-se que aparecem como uma solução na aquisição do conhecimento pós-ingresso do aluno no ensino superior, tanto nas disciplinas obrigatórias do currículo, quanto em programas de nivelamento em áreas específicas nas quais se apresentem lacunas fortes de conhecimentos trazidos pelos alunos ingressantes, de forma sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigma da complexidade**: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. O paradigma da complexidade na formação e no desenvolvimento profissional de professores universitários. **Revista de Educação**, Porto Alegre, ano XXX, v. 63, n. 3, p. 439-455, set./dez. 2007.
- \_\_\_\_\_. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MASSETO, Marcos; MORAN, Jose Manuel; BEHRENS, Marilda A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Petrópolis, RJ: Papirus, 2012. p. 67-132.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp09\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp09_02.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2015.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2/2004**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010.
- KENSKI, V. M. A profissão do professor em um mundo em rede: exigências de hoje, tendências e construção do amanhã: professores, o futuro é hoje. **Tecnologia Educacional**, v. 26, n. 143, p. 65-69, 1998.
- \_\_\_\_\_. Gestão e uso das mídias em projetos de educação a distância. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez./jul. 2005-2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3099>>. Acesso em: 03 out. 2015.
- OKADA, A. Mapas do conhecimento com recursos educacionais abertos aplicados à coaprendizagem baseada em coinvestigação. In: TORRES, P. L. (Org.). **Complexidade**: redes e conexões na produção do conhecimento. Curitiba: SENARPR, 2014. vol. 1. p. 213-237.
- POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR). **Intranet**. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/intranet>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- RICHARDSON, C. R. Conhecimento educacional aberto: mais que abrir a porta da sala de aula. In: IYOSHI, T. E; KUMAR, M. S. V. (Org.). **Educação aberta**: o avanço coletivo da educação pela tecnologia, conteúdo e conhecimento abertos. [S.l.]: UNIP/ABED, 2014. p. 279-288.
- SANTAELLA, Lucia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, p. 23-32, dez. 2003.
- SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- TORRES, P. L. **Laboratório on-line de aprendizagem**: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação. Tubarão, SC: Editora Unisul, 2004. vol. 1.
- \_\_\_\_\_. Redes e conexões para compor os liames do conhecimento. In: ANDREOLI, C. V.; TORRES, P. T. (Org.). **Complexidade**: redes e conexões do ser sustentável. Curitiba: SENARPR, 2014. vol. 1. p. 15-32.
- TORRES, P. L. et al. Prática pedagógica numa visão complexa na educação presencial e a distância: os 'REAS' como recurso para pesquisar, ensinar e aprender. **Revista Diálogo educacional**, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 443-471, maio/ago. 2015.

*Recebido em: 01.05.2015*

*Aprovado em: 20.09.2015*